

Pelo Socialismo

Questões político-ideológicas com atualidade

<http://www.pelosocialismo.net>

*Retirado das Obras Escolhidas de Álvaro Cunhal, "Edições Avante!", outubro de 2008, tomo II, 1947-1964
Colocado em linha em: 2012/06/18*

O desvio de direita nos anos 1956-1959 (Elementos de estudo)

Álvaro Cunhal

*[Este trabalho publica-se por partes, semanalmente. As notas constam da edição supra
(mantemos a sua numeração) e são de Francisco Melo. Infra: 5 e 6]*

[...]

5. A «desagregação irreversível» e a «política de transição»

As concepções da «desagregação irreversível» não são novas no nosso Partido.

Ao terminar a Segunda Guerra Mundial, a alteração da correlação de forças a favor do socialismo e da democracia e a derrota do fascismo na guerra levaram (nas ideias de alguns camaradas) à crença de que o regime fascista se estava a decompor e a desagregar irremediavelmente. Na ideia desses camaradas, a queda da ditadura fascista resultaria em larga medida dum processo automático, que as acções de massas poderiam quando muito estimular e apressar. Foi a tendência direitista e oportunista que ficou sendo conhecida no nosso Partido pela «política de transição»^(3º).

As alterações na correlação de forças em anos mais recentes, favoráveis ao socialismo e desfavoráveis ao capitalismo e à reacção, facilitaram o aparecimento de concepções semelhantes. Foi a «desagregação irreversível».

A concepção da «desagregação irreversível» foi a reposição da «política de transição» nas novas condições dos anos 1956-59.

A partir de 1956, as concepções da «política de transição» foram-se infiltrando na orientação do Partido, primeiro timidamente e em aspectos parcelares, depois ganhando pouco a pouco importância e influência e acabando por ser as concepções dominantes na orientação política e táctica do Partido. Tais concepções, que em 1945-48 o Partido havia caracterizado como um desvio direitista e oportunista, reapareceram e ganharam posição preponderante sem qualquer oposição de vulto. Quase se pode dizer que a «desagregação irreversível» foi a «política de transição» tornada política oficial do Partido.

Estudando a «desagregação irreversível» e a «política de transição» encontra-se *uma quase identidade nos aspectos fundamentais*:

Conforme se sublinhava no Relatório político do CC ao 2.º Congresso Ilegal, os camaradas que defendiam a «*política de transição*» apresentavam explicitamente dois caminhos: 1.º *Provocar a desagregação do governo no regime de transição*; 2.º *Levar a cabo um golpe militar*. Nesse Relatório salientava-se que «nem outros caminhos podiam apresentar, uma vez que excluía o levantamento em massa da nação». *Precisamente o mesmo na «desagregação irreversível»*. Excluído o levantamento nacional, foi-se levado a ver os mesmos dois caminhos, pelo apoio a um e a outro, e pela colocação do primeiro como objectivo da actuação política do Partido.

Quais as directrizes que os defensores da «política de transição» propunham para atingir os seus objectivos?

Segundo a «política de transição», «O Partido devia deixar de falar e agir para a movimentação geral do povo português, para a revolução nacional antifascista, e *devia fundamentar toda a sua tática na acção para a desagregação do fascismo, donde resultaria a queda doce, suave, de Salazar e um governo de transição*»²³⁴. *Precisamente o mesmo na «desagregação irreversível»*. O mesmo objectivo fundamental da «desagregação do regime» e a mesma queda «doce», agora chamada «pacífica».

Segundo a «política de transição» (como se diz no mesmo relatório) «essa desagregação devíamos procurá-la»:

a) «declarando aceitar um governo embora com elementos do fascismo que realize um programa mínimo»²³⁴ (precisamente o mesmo se fez na «desagregação irreversível»);

b) «criando a ideia de que o fascismo está a ceder, animando assim as massas, criando o pânico entre os fascistas, e orientando toda a propaganda na imprensa e em diligências pela ideia da possibilidade duma “saída doce”»²³⁴ (substitua-se «saída doce» por «solução pacífica» e temos a «desagregação irreversível» num dos seus aspectos mais característicos);

c) «apoiando no Conselho Nacional tudo o que tenda a tranquilizar e mobilizar os não-salazaristas, mesmo os fascistas»²³⁴ (essa preocupação foi também dominante na «desagregação irreversível». O próprio Programa do Partido aprovado no V Congresso enferma da mesma preocupação);

d) «não falando em movimentos populares, em insurreição, em ataque, etc.»²³⁵ (com pequenas diferenças de tonalidade, o mesmo se verificou na «desagregação irreversível»);

²³⁴ Ver a presente edição, tomo I, p. 509. – 555, 558, 559.

²³⁵ Ver a presente edição, tomo I, pp. 509-510. – 559.

e) «orientando as lutas nas empresas de forma a que, em nenhum caso, “o patrão e os empregados não-fascistas se aterrorizem e estejam contra os operários que lutam”»²³⁶. (Precisamente o mesmo na «desagregação irreversível». No artigo do camarada João «Acerca da possibilidade de uma solução pacífica», publicado em *O Militante* de Outubro de 1958, diz-se que devíamos orientar a acção do Partido de forma a que «a luta de classes não seja levada, no presente momento, até ao extremo de provocar a ruptura da frente anti-salazarista». A fórmula é diferente. A substância é a mesma.)

No II Congresso Ilegal salientou-se que também o Partido se declarava disposto a apoiar as medidas democráticas dum governo que resultasse duma revolução de palácio; que também o Partido valorizava as vitórias populares e realçava os recuos do fascismo; que também o Partido procurava tranquilizar e atrair os elementos conservadores; que também o Partido (diz-se no Relatório político) «*acelera o processo de desagregação do fascismo*»²³⁶.

Mas a grande e irreconciliável diferente entre a linha do Partido e a «política de transição» era então claramente apontada:

«Ao passo que o Partido vê na desagregação do fascismo uma condição favorável e necessária para o levantamento nacional, segundo a “política de transição”, o Partido *deveria colocar como finalidade da sua actuação provocar a desagregação do governo de Salazar* no regime de transição (os nossos camaradas dizem: preconizar a desagregação do fascismo).» «*Para o Partido as lutas de massas são o caminho para o levantamento nacional; segundo a “política de transição”, as lutas de massas são o caminho para a desagregação do fascismo.*»²³⁷

Como se vê, ao caracterizar-se aqui a «política de transição» parece estar a falar-se da «teoria» da «*desagregação irreversível*». Segundo esta «teoria», também se insistiu em «*trabalhar para a desagregação do regime*» como forma para a solução pacífica do problema político português, também se insistiu em que «é o desenvolvimento das acções de massas que acelera a desagregação do salazarismo» (ver *Avante!* e, entre outros documentos, o Informe do camarada João sobre problemas de organização ao V Congresso).

A «desagregação irreversível» reconduziu em cheio ao Partido, um pouco actualizada e como orientação do Partido, a «política de transição», que o 2.º Congresso Ilegal muito justamente caracterizara como um desvio direitista e oportunista.

A «desagregação irreversível» animou ilusões legalistas que tinham sido uma das características da «política de transição». Estimulou as ilusões golpistas que tinham sido outra característica da «política de transição». Tendia a colocar o Partido na cauda dos movimentos espontâneos, tal como aconteceu com a «política de transição». Significou o apagamento do papel de vanguarda da classe operária e do seu Partido no movimento democrático nacional e conferiu efectivamente a hegemonia e a direcção efectiva do movimento antifascista à burguesia liberal e aos conservadores que se destacam do fascismo, tal como pretendia a «política de transição».

²³⁶ Ver a presente edição, tomo I, p. 510. – 559.

²³⁷ Ver a presente edição, tomo I, p. 511. – 560.

A reposição é tão nítida que dir-se-ia não oferecer qualquer discussão a aproximação entre uma e outra. O certo é porém que, quando camaradas ousaram filiar algumas das concepções políticas posteriores a 1957 na «política de transição», foram fortemente combatidos e a sua opinião considerada como manifestação de menos confiança no CC, no Partido e na classe operária. Entretanto tinham razão.

Cabe perguntar porque foram de forma tão terminante apagadas as vozes que tentavam fazer o confronto. Por várias razões, entre as quais avulta o convencimento da justeza dos termos da solução pacífica. Mas também aqui encontramos a posição, que em certo momento foi regra, de fazer esquecer o «passado» para fazer sobressair o «presente». No mesmo momento em que se reintroduz no Partido, e agora como linha do Partido, este desvio oportunista, afirma-se que só então o Partido «começa a atingir verdadeiramente a sua maioria política» (Informe de João sobre problemas de organização ao V Congresso).

Não é por acaso que o ponto de partida para a nova linha da solução pacífica e da desagregação do regime como objectivo da acção do Partido foi dado por um camarada (Ramiro) que havia sido o mais destacado defensor da «política de transição». Esse camarada teve uma influência preponderante na adopção pelo Partido dos conceitos fundamentais da «política de transição», escondidos sob a capa da «solução pacífica». O «folheto de Outubro», elaborado por esse camarada, foi considerado como reflectindo um desvio de direita. Mas a verdade é que a orientação política e tática adoptada posteriormente pelo Partido enfermou dos erros políticos fundamentais do «folheto de Outubro» e de certa forma os ampliou e agravou.

6. A jornada nacional pacífica para a demissão de Salazar e a possibilidade duma greve geral política

Em Fevereiro de 1959, num momento em que o golpe militar estava em franca preparação, a Comissão Política, num manifesto, insistiu na solução pacífica e salientou que «as forças armadas devem pôr-se ao lado do povo para expulsar Salazar do poder». Pronunciou-se contra a «solução *exclusivamente militar*» (é muito característica esta expressão «exclusivamente militar»), sublinhou que «a acção militar deve integrar-se na movimentação geral da Nação» e preconizou a «*coordenação das lutas civis e militares*». É de admitir que a *Campanha Nacional para a Demissão de Salazar*, iniciada por democratas de Braga, Porto, Viana e Lisboa, se inserisse no mesmo plano de conjugação civil e militar. O golpe militar em preparação gorou-se porém em Março de 1959. Uma acção civil e militar coordenada deixava de se oferecer como uma perspectiva imediata para o afastamento de Salazar do poder. Foi nessa situação que a Direcção do Partido lançou a palavra de ordem, não apenas da Campanha para a Demissão de Salazar, mas da *Jornada Nacional Pacífica para a Demissão de Salazar*.

A Jornada Nacional Pacífica para a Demissão de Salazar foi considerada como o remate de amplas acções de massas encaminhadas nesse sentido. Deveria ser «*um estádio superior*», o «*coroamento*», a «*expressão máxima*» da Campanha para a Demissão de Salazar (*Avante!* da 1.^a quinzena de Maio de 1959). Considerava-se que essa Jornada poderia não só abalar profundamente a ditadura fascista, como *forçar Salazar a sair do governo*. A Jornada Nacional Pacífica era de certa forma colocada

como a solução pacífica do problema político português, como a acção decisiva destinada a pôr termo à ditadura fascista e a instaurar as liberdades democráticas em Portugal.

Em que consistia a Jornada Nacional Pacífica? Tratava-se de uma grande acção popular, da conjugação de acções de massas variadas (*Avante!* de Junho de 1959), em que *a greve geral política teria decisiva importância*. No decurso dessa greve, «a Nação intimaria Salazar a largar o poder». À greve geral política atribuía-se a função específica de «paralisar a acção de Salazar e da sua camarilha» (Manifesto do CC de Julho de 1959; *Avante!* de Agosto de 1959).

Esta consigna foi colocada em Maio de 1959 como *consigna central*. Ainda segundo o manifesto do CC de Julho, a Jornada Nacional deveria ser o

«coroamento da campanha actualmente em curso, deverá constituir o objectivo imediato da luta de toda a oposição e *para ela deveremos canalizar todas as nossas energias*».

Afirmou-se *existirem «todas as condições objectivas para organizar e desencadear tal jornada num prazo de tempo relativamente curto»*.

Isto dizia-se em Julho. Entretanto, logo *em Agosto esta consigna foi praticamente abandonada* sem que se tivesse sequer esboçado a sua preparação e realização. Qual a razão deste fracasso?

Antes de mais interessa salientar que nunca até à reunião do CC de Março de 1961 a Direcção do Partido tinha feito uma análise crítica dessa orientação e acção. Em relação a ela, como em relação à generalidade dos seus insucessos nos últimos anos (Mínimo Vital, Acção Nacional dos trabalhadores, etc.), a Direcção remeteu-se ao silêncio, sem sentir necessidade de estudar a razão do insucesso e tirar daí todas as experiências para si, para o Partido e para a classe operária e as massas populares. Isto deu-se porque, nos anos 1957-59, a autocritica deixou de ser uma prática viva e diária na actuação do CC, porque na nossa Direcção ganharam raízes os hábitos de ocultar os erros, como de exagerar os sucessos, julgando assim aparecer perante o Partido e as massas como uma Direcção mais capacitada, menos susceptível de errar. É pelo menos estranho que isto tenha sucedido precisamente quando se conduzia uma «luta contra o culto da personalidade» existente... «no passado». O tempo passou, mas essa análise crítica e autocritica é ainda necessária, melhor, imprescindível.

A ideia da Jornada Nacional surgiu como consequência de toda a estimação da correlação de forças no país e de toda a situação política. As ideias de que as forças anti-salazaristas eram «incomparavelmente mais fortes» do que as forças da ditadura fascista, de que o regime estava a desagregar-se irremediavelmente, «abria fendas por todas as aduelas», abria «brechas profundas impossíveis de se soldar de novo» (*Avante!* de Março de 1959), de que se verificava um «poderoso ascenso de lutas da classe operária» e de que «a nação inteira [...] se pronuncia abertamente contra a permanência no poder de [...] Salazar» (*Avante!* de Abril de 1959²³⁸), de que se vivia um «novo auge revolucionário» (*Avante!* da 1.^a quinzena de Maio de 1959), de que «a

²³⁸ N.º 274, da 1.^a quinzena de Abril de 1959. – 562.

actual situação política portuguesa permite já que seja mais fácil, mais possível, recolher assinaturas a pedir a demissão de Salazar do que a apoiá-lo» e de que «tal facto (...) define bem a desagregação dum regime fascista» (artigo de Carlos em *O Militante* de Julho de 1959) — tais ideias mantinham a crença num fácil e pacífico derrubamento da ditadura fascista.

A Jornada Nacional fracassou sem se ter entrado sequer na sua preparação pela razão de que eram incorrectas todas estas apreciações acerca da situação política em que se baseava a ideia da sua viabilidade, porque se fundamentava a esperança na queda da ditadura na evolução das condições objectivas e não no poder actuante das forças democráticas, porque se esperava a «desagregação irreversível» do regime, porque se não teve em conta que, para preparar e realizar jornadas nacionais e sobretudo uma acção que conduza ao derrubamento da ditadura, se necessita de ter uma organização e quadros à altura, e não dispúnhamos nem de uma coisa nem de outra.

A Jornada Nacional não foi encarada porque a evolução da situação política e das lutas de massas indicassem caminhar-se nesse sentido, mas porque se procurou *elaborar no gabinete*, na base de ideias feitas, na base da tomada de desejos por realidades, uma solução pacífica do problema político português.

Julgou-se que seria bastante, para que tal Jornada pudesse ter lugar e ser bem sucedida, que as forças democráticas (melhor: os dirigentes democráticos) estivessem de acordo com a ideia, fixassem a data e estabelecessem um plano para a sua realização. E por isso se colocava como tarefa entrar «imediatamente» em acordos com outras forças democráticas para a preparação da Jornada.

Nem o movimento de massas se desenvolveu dentro do que se pretendia nem se chegaram a esboçar os acordos e os preparativos. Dessa forma, *uma consigna central do Partido, indicando a mais importante e decisiva acção para o derrubamento da ditadura, foi pura e simplesmente posta de lado*.

Assim como apareceu, assim desapareceu.

Se se tivesse então feito uma análise da acção do Partido em relação à palavra de ordem da Jornada, se se tivessem estudado as suas causas, as circunstâncias em que teve lugar, as razões por que foi colocada e por que não foi bem sucedida, poderiam ter sido rectificadas alguns aspectos de apreciação da situação política e da orientação do Partido. Ter-se-ia concluído necessariamente que na linha política e tática do Partido havia erros graves que careciam de urgente rectificação. A falta de espírito autocrítico atrás apontada, a recusa a analisar essa acção, tornaram possível que se insistisse ainda durante muito tempo numa apreciação divorciada das realidades, que se não tirassem as lições do fracasso da Jornada e se persistisse numa orientação menos correcta.

Na ideia da Jornada Nacional Pacífica para a Demissão de Salazar, na qual uma greve geral política teria um papel determinante, o nosso Partido foi influenciado pela orientação dum Partido irmão.

A transplantação duma forma mecânica para as condições portuguesas de consignas lançadas em condições diversas existentes noutros países comporta graves perigos. A

orientação política dum Partido Comunista tem de ser traçada na base da análise da situação política existente no seu país. Cada Partido Comunista tem como missão estudar, investigar, descobrir, definir, as condições específicas do seu próprio país, as características peculiares da situação política nacional e definir em relação a elas a linha política, as suas palavras de ordem. Só assim fazendo pode dirigir correctamente a luta do seu povo e conduzi-lo à vitória. Embora, numa conjuntura internacional determinada, haja em diversos países pontos comuns, semelhanças de situação e de aspectos económicos e políticos, há sempre traços distintivos essenciais. E se, nas palavras de ordem estratégicas, é mais fácil verificar-se uma identidade entre países diversos, o mesmo não sucede com as palavras de ordem tácticas. Aqui, para serem justas, têm de responder a uma situação nacional determinada num momento determinado e não podem por isso ser a cópia das palavras de ordem lançadas noutros países em condições diversas.

Isto não significa que não se deva estudar e aproveitar a experiência de outros Partidos. Elas constituem uma riquíssima contribuição para a actividade do nosso Partido. Mas, para que possam constituir tal contribuição, devemos, como ensinou Lénine, «assumir uma atitude crítica em face dessa experiência e comprová-la por nós mesmos» (*Que Fazer?*²³⁹). De contrário, as palavras de ordem do Partido não se podem ajustar à realidade da nossa situação nacional e o nosso povo nem as compreenderá nem as seguirá. Se o Partido, a vanguarda (por uma questão de confiança e disciplina) as segue, corre o risco de se isolar da classe e das massas e de caminhar para o fracasso.

Quando se adoptou a consigna da Jornada Nacional Pacífica, em termos que a aproximavam da «greve nacional pacífica», como via para o derrubamento do fascismo, *copiou-se mecanicamente a consigna dum Partido irmão sem se ter em conta a realidade portuguesa*²⁴⁰. O resultado tinha de ser o insucesso.

Na situação política portuguesa existente na altura, não era correcta a consigna da Jornada Nacional Pacífica, nem o seria a duma Greve Geral Pacífica.

Por um lado, o Estado fascista, embora enfraquecido nos últimos anos em virtude de factores internos e externos, está longe de «meter água por todas as aduelas». Está roído de contradições. Mas possui ainda uma poderosa máquina repressiva, bem armada e bem treinada, e conta com comandos facciosos e com numerosos quadros fascistas em todo o aparelho do Estado.

Por outro lado, o movimento revolucionário está longe de atravessar «um novo auge». Desde o grande momento das «eleições» presidenciais de 1958, o povo português não deixou mais é certo de dar tenaz combate à ditadura fascista. Mas,

²³⁹ Cf. VILOE3, t. 1, 1977, p. 97. - 564.

²⁴⁰ O documento fundamental no qual se revela a identidade de pontos de vista entre o Partido Comunista Português e o Partido Comunista de Espanha é o comunicado conjunto dos dois partidos de Novembro de 1958, no qual se afirma que «Ambos os partidos irmãos consideram que, com a luta unida das massas populares, com unidade das forças de oposição, é possível pôr fim às ditaduras de Salazar e Franco por meios pacíficos, sem a guerra civil.» No contexto da rectificação do desvio oportunista de direita, a declaração conjunta dos dois partidos de Abril de 1961 (publicada no *Avante!*, n.º 301, de Junho de 1961), a tónica será posta na «luta independente, com tácticas e métodos próprios», conduzida por cada um dos partidos. - 564.

depois dos gloriosos combates de meados de 1958, entrou-se num período de refluxo do movimento revolucionário de que só muito recentemente se começou a sair.

Num Estado fascista, fortemente centralizado e militarista como é a ditadura fascista em Portugal, uma solução pacífica só pode ter lugar se se opera brusca e radicalmente um desequilíbrio de forças a favor da democracia. Fora duma tal situação, cuja eventualidade e momento são imprevisíveis, o governo dispõe de forças armadas que pode opor ao movimento popular, com tantas mais possibilidades de êxito quanto mais pacífico este for.

Alguns camaradas têm uma ideia simplista acerca duma greve geral política e da sua preparação. Uma greve geral política não se decide apenas por conluíus entre dirigentes, a frio, sem um movimento de massas que conduza a ela. A perspectiva duma greve geral política a curto prazo não se pode prever se não há anteriormente um grande número de índices de aceitação pelas massas da ideia da greve. Num Estado fascista, uma greve nacional política pressupõe um estado de revolta e de profunda indignação popular, pressupõe um treino das massas na luta e nos choques com as forças repressivas, que não lhes pode ser dado por simples propaganda, por manifestos e tarjetas, por muitos milhares de exemplares que se distribuam. Entretanto, a ideia da facilidade foi ao ponto de, até num documento da Comissão Política, se falar em «greves gerais políticas» (no plural) como possível forma de luta aberta contra o salazarismo (Documento de Fevereiro de 1959).

Alguns camaradas têm também uma ideia simplista da intervenção das forças armadas ante uma greve geral política. Como supõem que agiriam as forças armadas no caso duma Jornada Nacional Pacífica contra o governo fascista, em que se destacaria uma greve geral política? Alguns camaradas supõem que, dada a «desagregação» do regime, no caso duma tal Jornada e duma tal Greve, as forças armadas sairiam dos quartéis para confraternizar com o povo. Assim cairia pacificamente a ditadura fascista.

Definir e pretender entrar na preparação imediata duma greve política nacional como forma de derrubamento pacífico do fascismo, quando se não atravessa um momento grave da crise política, quando não há greves parcelares importantes, quando a luta de massas não adquiriu amplitude nacional, quando não há defecções, motins, revoltas nas forças armadas que permitam esperar uma confraternização com o povo trabalhador no caso de serem lançadas contra este, não é fazer política marxista-leninista: é idealismo, é verbalismo, é fazer esquemas divorciados da vida. Mais ainda: *é indicar um caminho errado ao povo, é lançá-lo confiante e de peito descoberto contra as espadas bem afiadas das forças repressivas.* Alimentar nos trabalhadores a ideia de que, a um grande movimento nacional pacífico compreendendo uma greve geral política, o governo fascista não responderia com uma repressão violenta, seria iludir e enganar os trabalhadores, seria uma política aventureirista e, de certa forma, demagógica.

Afirmar que a via para o derrubamento duma ditadura fascista é uma via pacífica e que essa via consiste numa Greve Nacional Política e na confraternização subsequente das forças armadas com o povo trabalhador é apenas um esquema ou uma receita com todos os defeitos dos esquemas e das receitas. As revoluções não se

fazem com esquemas ou receitas que indicam de antemão o peso de cada ingrediente e o momento em que se misturam. O esquema poderá estar muito bem feito, mas não responde a algumas perguntas: E o inimigo? Com que forças conta? O que poderá ele fazer? O que fará? A estas questões vitais não responde o esquema. Passa completamente por cima das possibilidades e forças reais do adversário. É como se não existisse esse adversário, como se não existisse um aparelho fascista do Estado, como se o governo não dispusesse de armas, de quadros, de determinação. A greve política, geral e pacífica, seria declarada, seria decretada, as forças armadas viriam confraternizar para a rua e a ditadura fascista cairia assim mansamente, sem efusão de sangue. Os camaradas que assim pensam, poderão talvez julgar que pensam como marxistas-leninistas. Mas não. Estas ideias encontram as suas verdadeiras raízes em concepções anarquistas do século passado, em concepções acerca do papel da greve geral muito próximas das dos bakuninistas.

Mas pergunta-se: Ao terem-se tais esperanças numa Jornada e Greve Nacional Pacífica com confraternização das forças armadas, com que se conta afinal? Aqui entra a chave do problema. É que os camaradas que assim colocam o problema *contam principalmente para a vitória não com a força, a capacidade e a organização do povo para vencer e destruir o aparelho do Estado fascista, mas com a desagregação completa desse Estado, que têm já por uma realidade, e por vezes como aspecto dessa desagregação, com um golpe ou pronunciamento militar.*

A ideia da greve geral política, de carácter pacífico, como elemento decisivo e de certa forma independente para a solução pacífica do problema político português veio-se formando desde 1956. No Programa aprovado no V Congresso em 1957, diz-se que acções de massas «poderão culminar, por exemplo (sic), com *uma greve geral política que, paralisando a acção do governo, poderá tornar assim possível a conquista da democracia e da liberdade por meios pacíficos*» (p. 10). Que quer dizer uma greve geral política *paralisar* a acção do governo? Parece compreender-se que a paralisaria, impedindo o governo de pôr em acção o aparelho do Estado, de mobilizar as suas forças, de as concentrar nos pontos essenciais, de as levar ao ataque contra o povo em greve. Admitamos que assim sucederia. A greve geral «paralisaria» a acção do governo. E depois? Como se conquistaria pacificamente a liberdade e a democracia? O governo «paralisado» concedia uma e outra? Ou a Oposição, aproveitando a «paralisia», lançava-se ao assalto ao poder? A isto não foi respondido explicitamente e entretanto era esta a questão fundamental para se abrir a perspectiva para o derrubamento do fascismo. Não se respondeu explicitamente. Mas toda a teoria da «desagregação irreversível» respondeu implicitamente: *A greve geral política, «paralisando a acção do governo», possibilitaria a acção dos conspiradores militares ou duma fracção que se separasse do regime.*

No *Avante!* da 1.^a quinzena de Maio de 1959 diz-se que a Jornada Nacional para a Demissão de Salazar «poderá assumir a forma duma *greve geral política, no decurso da qual a nação (?) intimará Salazar a largar o poder*». «A Nação intimará», diz-se. Mas quem agirá em seu nome? As forças políticas democráticas que declararam a Jornada e a Greve? Os comandos militares? A isto não se respondeu. E se Salazar disser que não? Se intimado, não largar o poder? A esta questão vital não se respondeu explicitamente. Não se considerou que, *intimado Salazar a largar o poder, caso Salazar recuse, ou se desiste, ou há que forçá-lo a largá-lo.* A «intimação

da Nação» precisa de ter força para impor-se. Não se respondeu explicitamente a esta questão. Mas toda a teoria da «desagregação irreversível» respondeu implicitamente: *Os porta-vozes da «intimação da Nação» para que Salazar largasse o poder seriam os conspiradores militares ou uma fracção que se separasse do regime.* Eles teriam a força para impor a intimação.

O nosso Partido de certa forma encarou a greve geral política como uma forma «independente» de luta, como capaz de por si provocar a mudança do regime. Mas, nas condições duma ditadura fascista, a greve geral política não pode ser uma arma independente e absoluta. Se o Estado fascista se mantém, o seu aparelho militar sufoca a greve geral. Se uma parte das forças armadas se junta ao povo e outra parte o combate (e não é de presumir que o governo fascista não conte *seguramente* com importantes unidades militares), a evolução mais provável não é para uma saída pacífica mas para um choque armado, para uma acção insurreccional. *Para que através duma greve geral política possa impor-se o derrubamento da ditadura fascista é necessário que ela se converta num levantamento nacional e, caso se imponha, numa insurreição armada.*

(30) Neste texto datado de Dezembro de 1948, Álvaro Cunhal faz uma análise da autocrítica de *Ramiro* (pseudónimo de Júlio Fogaça), apresentada no mês anterior. Sobre a política de transição, tema desta análise, ver tomo I da presente edição, p. 309 e nota (157), assim como o presente tomo, pp. 235-236 e pp. 558-561 – 73, 558.

(continua)